ausência de controles adequados, esses dois fatores conjugados têm condições de potencializar dificuldades posteriores no abastecimento interno, deixando o mercado brasileiro, mais uma vez, à mercê da sorte da safra nordestina.

*** CANA DE AÇÚCAR

O PROALCOOL já completou um ano de existência mas ainda permanece em situação embrionária, atado às suas próprias contradições, apesar da alta prioridade do programa na agenda governamental.

Com o objetivo de neutralizar o sorvedouro de divisas em que se transformou o petróleo cartelizado, a implementação do PROALCOOL coincide com a crise do preço do açúcar no mercado internacional. A utilização da cana, antes destinável ao mercado externo, para a produção de álcool anidro seria a óbvia solução, sem maior esforço de raciocínio. Acontece que o PROALCOOL coincide também com acentuado declínio da produção e da produtividade da cana brasileira. Além disso, o Brasil poderá prejudicar seriamente sua posição nas negociações no novo "Sugar Agreement" se persistir reforçando publicamente a sua opção pela transformação de cana em álcool anidro, às expensas do demerara exportável.

Nisto reside o desencontro do PROALCOOL com a realidade: como atingir as metas de produção de álcool anidro, se há escassez de matéria-prima para a consecução dos planos de abastecimento de açúcar para os mercados interno e externo?

Quando o setor industrial dispõe de uma infraestrutura avançada, sua resposta aos estímulos de mercado ocorre prontamente. Nem sempre se pode esperar o mesmo do setor agrícola, especialmente quando há pontos fracos na estrutura produtiva. Assim, é de se confiar na rápida implantação de novas destilarias autônomas ou anexas. Duvidosa, porém, é a obtenção de um incremento correspondente de matéria-prima: sabe-se que as variedades mais produtivas estão envelhecidas, a tecnologia de cultivo subordinada a fatores aleatórios, as fronteiras agrícolas em áreas próximas às usinas e

destilarias estão exauridas e existem, nestas áreas, culturas alternativas de alta competitividade com a cana.

A preocupação do PROALCOOL em financiar novas destilarias, sem o estabelecimento prévio de uma política agrícola para a cana, pressupõe, imaginariamente, a auto-suficiência dos alambiques. A questão se agrava quando nos permitimos admitir que o parque alcooleiro já instalado tem, atualmente, uma capacidade ociosa em torno de 1,2 bilhão de litros, aparentemente à margem dos cálculos do programa.

*** PECUÁRIA DE CORTE

O governo conseguiu dois adiamentos importantes em 1976, às custas de um estoque regulador da ordem de 209 mil ton.

Em primeiro lugar, a relativa abundância no fornecimento de carne congelada aos supermercados do Rio, São Paulo e Brasília propiciou a postergação da inflação corretiva do preço do produto a nível do consumidor. Evitou-se, assim, a influência de aumentos do preço da carne no índice do custo de vida em 76, ainda que os consumidores já estivessem pagando acima do "acordo de cavalheiros" na maioria absoluta dos açougues do país.

Em segundo lugar, porém mais grave em suas consequências, o governo conseguiu adiar o momento crítico da crise financeira do setor frigorífico. O estoque regulador funcionou, também neste caso, como pivô do adiamento pois a COBAL, atuando discretamente, concedeu moratória às dívidas relativas à compra do estoque por parte dos frigoríficos.

Em ambas as situações, as medidas adotadas apenas tangenciaram o interesse dos pecuaristas, cuja problemática é antes estrutural que conjuntural. Por força dessas circunstâncias e, em parte, por causa dos adiamentos mencionados, o ano de 1977 não oferece muito alento aos pecuaristas de corte. A inflação corretiva dos preços a nível do consumidor terá impacto mínimo sobre o preço da arroba do boi vivo por causa da abundância da oferta na entrada da atual safra. E o adiamento da crise dos frigoríficos, embora tendo o méri